



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ARIEL DE PAIVA LIMA

**A ANÁLISE DO USO DA FORÇA PELA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS,
INSERIDA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

GOIÂNIA-GO

2024

ARIEL DE PAIVA LIMA

**A ANÁLISE DO USO DA FORÇA PELA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS,
INSERIDA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Rafael Baitello Barutti.

GOIÂNIA-GO

2024

A ANÁLISE DO USO DA FORÇA PELA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS, INSERIDA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

THE ANALYSIS OF THE USE OF FORCE BY THE MILITARY POLICE IN GOIÁS, INSERTED IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN LEGISLATION

Ariel De Paiva Lima¹
Rafael Baitello Barutti²

Resumo

Este estudo analisa o uso da força pela Polícia Militar de Goiás, focando na conformidade com a legislação brasileira e seus impactos na segurança pública e nos direitos humanos. Utilizando uma metodologia qualitativa, a pesquisa baseou-se em entrevistas semiestruturadas com policiais, análise de documentos oficiais e legislação pertinente, visando compreender as práticas, percepções e desafios enfrentados pelos agentes no exercício de suas funções. Os resultados revelaram um conhecimento significativo da legislação entre os policiais, bem como uma avaliação positiva do treinamento recebido. No entanto, identificaram-se áreas passíveis de melhoria, especialmente no que tange à formação contínua e ao aprofundamento em temas de direitos humanos e ética policial. A pesquisa destacou também a importância das tecnologias, como câmeras corporais, na promoção da transparência e accountability, além de enfatizar a necessidade de fortalecer o diálogo entre a polícia e a comunidade. Conclui-se que, apesar dos avanços, esforços contínuos são necessários para alinhar as práticas policiais às exigências legais e éticas, promovendo uma segurança pública eficaz e respeitosa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Uso da Força; Polícia Militar de Goiás; Segurança Pública; Direitos Humanos; Transparência.

Abstract

This study analyzes the use of force by the Military Police of Goiás, focusing on compliance with Brazilian legislation and its impacts on public security and human rights. Utilizing a qualitative methodology, the research was based on semi-structured interviews with police officers, analysis of official documents, and relevant legislation, aiming to understand the practices, perceptions, and challenges faced by officers in the performance of their duties. The results revealed significant knowledge of legislation among the police, as well as a positive evaluation of the training received. However, areas for improvement were identified, especially regarding continuous education and deepening knowledge on human rights and police ethics. The research also highlighted the importance of technologies, such as body cameras, in promoting transparency and accountability, in addition to emphasizing the need to strengthen dialogue between the police and the community. It concludes that, despite advances, continuous efforts are necessary to align police practices with legal and ethical requirements, promoting effective public security respectful of human rights.

Keywords or Palabras clave: Use of Force; Military Police of Goiás; Public Security; Human Rights; Transparency.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: ariellimaa18@gmail.com. Telefone: (34) 99661-3627.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Direito e Especialista em Segurança Pública. Email: rafaelbarutti@gmail.com. Telefone (61) 9.9391-1200.

1 INTRODUÇÃO

A análise do uso da força pela Polícia Militar em Goiás, inserida no contexto da legislação brasileira, representa um tema de vital importância no cenário da segurança pública contemporânea. A complexidade inerente ao exercício da autoridade policial, especialmente em situações que exigem o uso da força, coloca em evidência a necessidade de uma compreensão aprofundada das diretrizes legais e dos desafios operacionais enfrentados pelos policiais militares.

Nesse sentido, o estudo do contexto específico de Goiás, um estado com características únicas em termos de demografia, geografia e dinâmicas sociais, torna-se crucial para avaliar como as normas e práticas locais se alinham com a legislação nacional e como isso afeta a atuação policial no dia a dia.

Historicamente, a legislação brasileira sobre o uso da força por parte da polícia tem evoluído em resposta a uma série de fatores, incluindo mudanças sociopolíticas, demandas por maior respeito aos direitos humanos. Relatórios de organizações nacionais e análises acadêmicas frequentemente destacam a importância de políticas claras e restritivas nesse aspecto, visando a proteção tanto dos cidadãos quanto dos agentes da lei.

Em Goiás, a aplicação dessas políticas é influenciada por um conjunto de fatores locais, incluindo as especificidades do crime, a dinâmica comunitária e os recursos disponíveis para a polícia militar. Este estudo busca conectar-se com pesquisas anteriores para explorar como as práticas em Goiás se alinham com as diretrizes nacionais e quais as particularidades do estado nesse contexto, fornecendo um panorama detalhado e uma análise crítica que podem contribuir para o aperfeiçoamento da atuação policial e das políticas de segurança pública na região.

A compreensão detalhada da legislação relativa ao uso da força pela Polícia Militar em Goiás é fundamental não apenas para a eficiência e eficácia da atuação policial, mas também para a manutenção da confiança pública e o respeito aos direitos humanos.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de alinhar as práticas policiais com as normas legais, garantindo que a força seja empregada de maneira justa, proporcional e, sobretudo, legal. A ausência de uma análise aprofundada sobre esta questão pode resultar em práticas inconsistentes, desrespeito aos direitos civis e, em última análise, na deterioração da relação entre a polícia e a comunidade.

Este estudo visa preencher essa lacuna, oferecendo insights valiosos para a Polícia Militar de Goiás, contribuindo para a melhoria das estratégias operacionais e das políticas internas.

Além disso, a pesquisa tem o potencial de contribuir significativamente para o avanço acadêmico na área de segurança pública, oferecendo uma base empírica para futuras investigações. As limitações das pesquisas anteriores, muitas vezes centradas em contextos mais amplos ou em abordagens genéricas, destacam a necessidade de estudos focados nas particularidades regionais, como é o caso de Goiás.

Ao compreender melhor como a legislação é interpretada e aplicada especificamente neste estado, a pesquisa pode influenciar positivamente as práticas, políticas e teorias no campo da segurança pública, servindo como referência para outras regiões com desafios semelhantes. Este enfoque específico proporciona uma transição suave para a apresentação do problema de pesquisa: como a legislação sobre o uso da força é aplicada pela Polícia Militar de Goiás e quais são as implicações práticas e legais dessa aplicação no contexto específico deste estado.

O problema central desta pesquisa emerge da necessidade de compreender como a legislação sobre o uso da força é interpretada e aplicada especificamente pela Polícia Militar de Goiás, e quais são as consequências práticas e legais dessa aplicação no contexto singular deste estado.

Apesar da existência de normas e diretrizes nacionais, observa-se uma lacuna no conhecimento sobre a maneira como estas são adaptadas e implementadas em um âmbito estadual, considerando as particularidades regionais de Goiás.

A questão que se coloca, portanto, é: Como a legislação que regula o uso da força pela Polícia Militar é aplicada em Goiás, e quais são os impactos dessa aplicação na eficácia das operações policiais e na relação com a comunidade?

Esta investigação busca preencher essa lacuna, explorando a interseção entre a lei e a prática policial, e visando elucidar as nuances que caracterizam a aplicação da legislação em um contexto específico, que pode ter implicações significativas tanto para a segurança pública quanto para o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender a aplicação da legislação sobre o uso da força pela Polícia Militar de Goiás, avaliando os impactos dessa aplicação nas operações policiais e na interação com a comunidade. Esta análise tem como foco desvendar as práticas atuais, identificar os desafios enfrentados e propor recomendações para alinhar as operações policiais com as normas legais, visando a eficiência operacional e o respeito aos direitos humanos.

Assim sendo, a compreensão da aplicação da legislação sobre o uso da força pela Polícia Militar em Goiás, considerando suas particularidades culturais e sociais, é fundamental para

garantir que as ações policiais estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e respeitem os direitos humanos.

Desta maneira, este trabalho contribuirá para o desenvolvimento de estratégias operacionais mais eficazes e políticas de segurança pública mais justas, pretendendo aprofundar o entendimento teórico e prático sobre o tema, oferecendo ideias valiosas para a formação e atuação policial, além de influenciar políticas públicas no âmbito da segurança.

Portanto, a análise minuciosa de casos e legislação locais permite um olhar mais crítico e construtivo sobre as práticas policiais, visando a melhoria contínua da segurança pública em Goiás e em todo o Brasil.

2 REVISÃO TEÓRICA

A obra de Guimarães, Torres e De Faria (2005) em "Democracia e violência policial: o caso da polícia militar" é um estudo significativo na área de segurança pública e psicologia social. Eles exploram a complexa relação entre democracia e violência policial, enfocando especificamente a Polícia Militar. O estudo analisa como as práticas policiais, em alguns contextos, podem entrar em conflito com os princípios democráticos. A pesquisa destaca a importância de se compreender as nuances das operações policiais dentro de um sistema democrático, ressaltando a necessidade de políticas e treinamentos que alinhem as ações da polícia com os valores democráticos e os direitos humanos. Este estudo é crucial para entender as dinâmicas entre a aplicação da lei e a manutenção dos princípios democráticos em sociedades contemporâneas.

O estudo de Alcantara Honório e Garcia da Silva (2018), que aborda "Direitos Humanos e Polícia Militar: percepções e significados para os policiais militares do 17º BPM na cidade de Águas Lindas-Goiás" oferece ideias valiosas sobre como os conceitos de direitos humanos são interpretados e internalizados pelos membros da Polícia Militar, influenciando suas práticas e atitudes no dia a dia.

Analisa-se a importância da educação em direitos humanos no treinamento policial, e como isso afeta a interação entre a polícia e a comunidade. É uma contribuição significativa para o entendimento de como as políticas de segurança podem ser alinhadas com o respeito aos direitos humanos e destaca a importância da conscientização e educação em direitos humanos na polícia, influenciando atitudes e comportamentos.

O estudo de Moreira e Branco (2016), "Processo de socialização e promoção da Cultura de Paz na perspectiva de policiais militares", explora aspectos cruciais do ambiente policial. Ele

examina como a socialização e a educação dentro das forças policiais podem influenciar a promoção de uma cultura de paz. Este estudo é particularmente relevante para compreender a dinâmica interna das corporações policiais e como as atitudes e comportamentos dos policiais são moldados.

A pesquisa destaca a importância de uma abordagem holística no treinamento policial, que não se limite apenas às habilidades técnicas, mas também inclua elementos de conscientização social e respeito mútuo.

Portanto, os estudos de Alcantara Honório e Garcia da Silva (2018), Guimarães, Torres e De Faria (2005) e Moreira e Branco (2016) oferecem uma visão abrangente sobre questões de direitos humanos, violência e cultura de paz na Polícia Militar.

Pode-se concluir que o estudo de Alcantara Honório e Garcia da Silva explora a percepção dos direitos humanos pelos policiais, destacando a necessidade de educação e conscientização nesse aspecto. Guimarães, Torres e De Faria analisam a relação entre democracia e violência policial, enfatizando a importância de práticas policiais alinhadas aos valores democráticos.

Por fim, Moreira e Branco focam na socialização e na promoção da cultura de paz entre os policiais militares, ressaltando a importância da formação para um ambiente mais harmonioso e eficiente na segurança pública.

Juntos, estes estudos contribuem para uma compreensão mais profunda da dinâmica entre a aplicação da lei, os direitos humanos e a cultura organizacional na Polícia Militar.

Ademais, estuda-se os princípios inseridos na Constituição Federal do Brasil e atuação policial em Goiás, tendo em vista que na prática, os princípios constitucionais e as leis que regem a atuação policial no estado de Goiás abordam diversas questões cruciais.

O uso da força pela polícia é estritamente regulamentado, exigindo que as ações sejam proporcionais e justificadas, em conformidade com os princípios legais e éticos.

A abordagem comunitária é outra dimensão importante, onde a polícia busca estabelecer uma relação positiva com a comunidade, promovendo segurança e confiança mútua.

Além disso, a interação da polícia com outros órgãos do sistema de justiça criminal é vital para uma abordagem integrada da segurança pública, assegurando que as ações policiais estejam alinhadas com as práticas judiciais e os direitos humanos. Essa aplicação prática requer uma avaliação contínua e adaptações para enfrentar desafios emergentes e garantir a eficácia das políticas de segurança.

Assim, a junção destes estudos fornece uma visão abrangente da complexidade envolvendo a prática policial, a observância de direitos humanos, e a promoção de uma cultura de paz, essencial para uma atuação policial eficaz e respeitosa.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adotará uma abordagem qualitativa, ideal para explorar em profundidade as práticas, percepções e interpretações relacionadas ao uso da força pela Polícia Militar de Goiás. Esta abordagem é escolhida por sua capacidade de fornecer um entendimento contextualizado das nuances e complexidades inerentes à aplicação da legislação e suas implicações operacionais e sociais.

Os principais instrumentos de coleta de dados incluirão: Entrevistas Semiestruturadas: Serão realizadas com membros da Polícia Militar de Goiás, incluindo tanto oficiais em posições de comando quanto policiais em serviço ativo. Essas entrevistas permitirão explorar as experiências, percepções e interpretações dos policiais em relação à legislação sobre o uso da força e suas implicações práticas. Análise de Documentos: Esta parte envolverá a revisão de documentos oficiais, como manuais de procedimentos, regulamentos internos da Polícia Militar de Goiás, além de legislações pertinentes e jurisprudências. O objetivo é compreender o quadro legal e regulatório e como este é traduzido em práticas operacionais.

Para a análise dos dados coletados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo, que permite identificar padrões, temas e categorias emergentes nas respostas das entrevistas, nos grupos focais e nos documentos analisados. Esta técnica é particularmente apropriada para pesquisas qualitativas, pois facilita a interpretação de dados complexos e textuais, proporcionando insights detalhados sobre o fenômeno estudado.

A escolha dessa metodologia qualitativa é justificada pela necessidade de compreender aspectos que vão além de números e estatísticas, abrangendo as percepções, experiências e interpretações dos indivíduos envolvidos. Este enfoque permitirá uma compreensão mais rica e contextualizada da aplicação da legislação sobre o uso da força e suas implicações para a Polícia Militar de Goiás, oferecendo bases sólidas para recomendações práticas e teóricas.

A metodologia adotada para este estudo sobre o uso da força pela Polícia Militar de Goiás é centrada na abordagem qualitativa, que é ideal para uma investigação aprofundada sobre práticas, percepções e interpretações. Essa metodologia inclui entrevistas semiestruturadas e análise de documentos.

Quanto as entrevistas semiestruturadas, estas são fundamentais para capturar as percepções e experiências dos policiais. Oficiais de diferentes patentes serão entrevistados para obter uma visão abrangente. O formato semiestruturado permite flexibilidade para explorar tópicos relevantes que surgem durante as entrevistas, garantindo uma compreensão profunda das atitudes e interpretações pessoais dos policiais.

Quanto a análise de documentos, esta é essencial para entender o quadro legal e operacional. Documentos como manuais de procedimento, regulamentos e legislações serão examinados minuciosamente. Isso proporciona uma visão clara de como as diretrizes são implementadas na prática e como elas influenciam as decisões no campo.

Para a análise de dados, a técnica de análise de conteúdo será empregada. Esta técnica é eficaz para identificar temas recorrentes, padrões e categorias nas entrevistas e documentos. Ela é especialmente útil para desvendar significados ocultos nos dados textuais, permitindo uma interpretação profunda e rica dos resultados. Este enfoque detalhado na metodologia qualitativa é crucial para uma compreensão abrangente das complexidades associadas ao uso da força, permitindo ideias valiosas que podem orientar a prática policial e as políticas de segurança pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foi desenvolvida e aplicada uma pesquisa quantitativa por meio da aplicação de um questionário composto por cinco questões. Estas perguntas foram cuidadosamente elaboradas para captar as nuances e percepções dos policiais militares operacionais a respeito do tema proposto.

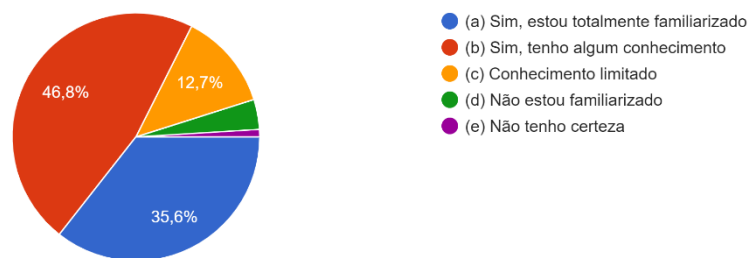
Os resultados obtidos e as discussões subseqüente buscam contribuir para um entendimento mais profundo sobre como o uso da força é percebido e aplicado pelos policiais militares no estado de Goiás, considerando o arcabouço legal brasileiro. Esta análise é fundamental para sugerir possíveis caminhos para o aprimoramento das práticas policiais, em busca de um equilíbrio entre a segurança pública e o respeito aos direitos humanos.

A amostra selecionada para esta investigação incluiu 205 policiais militares em atividade, proporcionando uma base de dados robusta para a análise. A metodologia empregada permitiu não apenas a identificação de padrões nas respostas dos participantes, mas também a exploração de suas visões pessoais e experiências práticas relacionadas ao uso da força em suas atividades profissionais.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos através do questionário, seguidos de uma discussão aprofundada sobre suas implicações para a prática policial e a legislação atual. Este estudo se propõe a ser um passo importante na busca por melhores práticas no uso da força pela Polícia Militar, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos.

1 - Você está familiarizado com a legislação brasileira que regula o uso seletivo da força pelas forças de segurança, incluindo a Polícia Militar de Goiás?

205 respostas



Fonte: Autor (2024)

A análise da primeira pergunta do questionário revela insights importantes sobre o nível de conhecimento que os policiais militares de Goiás possuem em relação à legislação que rege o uso seletivo da força. A maioria dos respondentes, representando 46,8%, afirma estar totalmente familiarizada com as leis pertinentes. Isso sugere que quase metade da amostra tem confiança em seu entendimento completo das normas legais, o que, em teoria, deveria refletir em suas ações no cumprimento do dever.

Por outro lado, uma parcela significativa de 35,6% indica possuir algum conhecimento, o que pode sugerir uma familiaridade parcial com as diretrizes legais. Essa resposta pode ser interpretada como uma consciência das leis, mas talvez com menos profundidade ou confiança para aplicá-las em situações complexas do dia a dia policial.

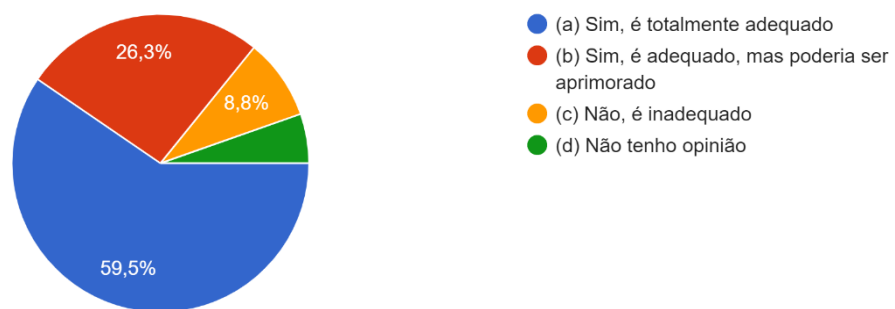
Os 12,7% que expressam ter um conhecimento limitado podem representar uma preocupação no que se refere à aplicação correta da força. A falta de familiaridade completa com a legislação pode levar a interpretações equivocadas ou a ações inseguras, tanto para o policial quanto para os cidadãos.

As categorias restantes, que indicam falta de familiaridade ou incerteza, embora não quantificadas no gráfico, são cruciais para a discussão. Mesmo que representem uma minoria, qualquer percentual de policiais que não estão seguros sobre as leis que regulam o uso da força

é notável, pois cada indivíduo com dúvidas pode potencialmente encontrar-se em situações que exigem decisões rápidas e informadas sobre o uso da força.

Em conclusão, os dados sugerem que a maioria dos policiais militares de Goiás tem um grau razoável de conhecimento sobre a legislação do uso da força. No entanto, a existência de um grupo não negligenciável que admite ter apenas um conhecimento limitado, ou mesmo nenhum conhecimento, destaca a necessidade de formação contínua e aprofundada. Isto é essencial para garantir que todos os policiais possam executar suas funções de maneira informada e conforme os padrões legais e éticos. A conscientização e a formação legal são imperativas para a eficiência e a legalidade das operações policiais, bem como para a proteção dos direitos dos cidadãos.

2 - O treinamento oferecido aos policiais militares em Goiás para o uso da força é adequado?
205 respostas



Fonte: Autor (2024)

A avaliação do treinamento oferecido aos policiais militares em Goiás quanto ao uso da força revela que a maioria dos respondentes, com 59,5%, considera que o treinamento recebido é totalmente adequado. Isso indica uma confiança significativa no preparo atual e sugere que mais da metade dos policiais se sentem completamente equipados, em termos de treinamento, para lidar com situações que exigem o uso da força.

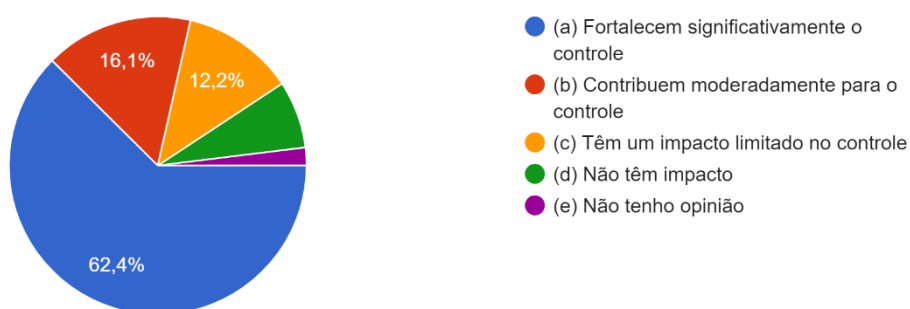
Contudo, uma parcela considerável de 26,3% dos policiais sente que, embora o treinamento seja adequado, existem áreas passíveis de melhorias. Este é um ponto crítico para as autoridades responsáveis pela formação dos policiais, pois sublinha a necessidade de uma revisão e atualização contínuas dos programas de treinamento, garantindo que eles se mantenham eficazes e alinhados com as melhores práticas e com a evolução das normas legais e situações operacionais.

Os 8,8% que avaliam o treinamento como inadequado representam uma preocupação direta para a instituição, indicando que existe um grupo de policiais que não se sente preparado para executar suas funções dentro do espectro legal e ético exigido. Esta percepção pode ter implicações profundas na atuação policial, afetando não apenas a segurança dos próprios policiais mas também a dos cidadãos.

A minoria que não possui uma opinião formada ou que não respondeu pode refletir desde uma falta de experiência prática suficiente para julgar o treinamento, até uma possível hesitação em expressar uma avaliação crítica.

3 - Como as inovações tecnológicas, como câmeras corporais e sistemas de monitoramento, influenciam o controle do uso seletivo da força pela Polícia Militar de Goiás?

205 respostas



Fonte: Autor (2024)

A terceira pergunta do questionário incide sobre a percepção dos policiais militares a respeito do impacto das inovações tecnológicas, como câmeras corporais e sistemas de monitoramento, no controle do uso seletivo da força pela Polícia Militar de Goiás. Segundo os dados apresentados, a grande maioria, 62,4%, acredita que essas tecnologias fortalecem significativamente o controle. Uma porcentagem menor, 16,1%, vê um contributo moderado, enquanto 12,2% entendem que o impacto é limitado. Uma pequena fração dos participantes, representados pelas categorias "não tem impacto" e "não tenho opinião", sugere uma visão cética ou indeterminada quanto à eficácia dessas ferramentas.

Para relacionar esses dados com a literatura existente, pode-se considerar a perspectiva de Moreira e Branco (2016), que discutem o processo de socialização e a promoção da cultura de paz entre policiais militares. Eles argumentam que a incorporação de práticas que fomentam a transparência e a responsabilidade pode ser fundamental na construção de uma cultura

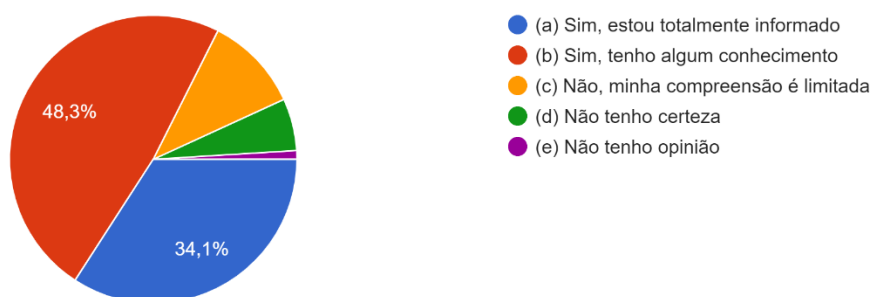
institucional que valoriza a paz e o uso responsável da força (MOREIRA; BRANCO, 2016, p. 553-563). Neste sentido, as câmeras corporais e sistemas de monitoramento podem ser vistas como ferramentas que contribuem para esse processo, oferecendo meios para revisão e avaliação da ação policial, promovendo maior accountability e possivelmente, uma cultura de paz dentro da corporação.

Por outro lado, Bittner (2003) aborda a natureza do trabalho policial e a constante necessidade de tomada de decisões em situações de incerteza e pressão. A introdução de tecnologias de monitoramento pode ser interpretada como um suporte para a decisão policial, ao prover um registro factual que pode ser usado na avaliação do uso da força. No entanto, é importante considerar que a simples presença dessas tecnologias não resolve todas as complexidades do trabalho policial e não substitui a necessidade de um treinamento sólido e de um julgamento bem fundamentado (BITTNER, 2003, p. 25).

Integrando os dados do questionário com as perspectivas dos autores citados, pode-se concluir que, enquanto as tecnologias de monitoramento são amplamente vistas pelos policiais como um reforço positivo no controle do uso da força, sua efetividade total depende também de uma cultura institucional e de práticas de socialização que valorizem a transparência, a responsabilidade e a tomada de decisão ética. A tecnologia, portanto, deve ser considerada como parte de um sistema mais amplo de medidas e não como uma solução isolada.

4 - Você se sente suficientemente informado sobre as circunstâncias nas quais a legislação brasileira permite o uso seletivo da força por parte da Polícia Militar?

205 respostas



Fonte: Autor (2024)

Analisando a quarta pergunta do questionário, observamos que 48,3% dos policiais militares se sentem totalmente informados sobre as circunstâncias em que a legislação brasileira permite o uso seletivo da força por parte da Polícia Militar. Além disso, 34,1% afirmam ter algum conhecimento sobre o tema. Estes dados sugerem que a maioria dos policiais possui uma base de

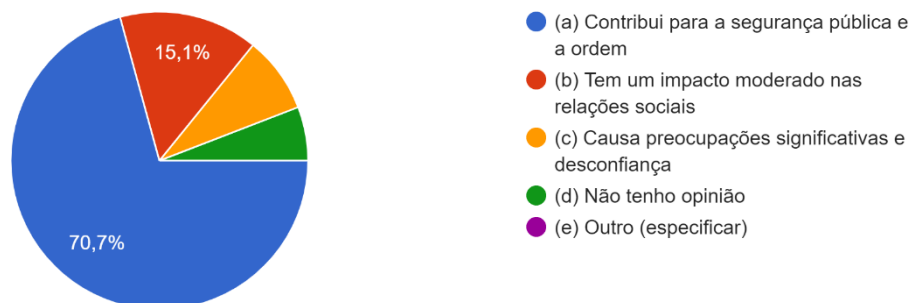
conhecimento sobre as diretrizes legais que regem o uso da força, o que é fundamental para o exercício de suas funções dentro de um quadro legal e ético.

Relacionando esses achados com a literatura, Battibugli (2010) explora a interação entre polícia, democracia e política em São Paulo no período de 1946 a 1964, uma época marcada por intensas transformações políticas e sociais. A autora destaca a importância de uma polícia bem informada e alinhada com os princípios democráticos, sublinhando a necessidade de transparência e conhecimento das leis (BATTIBUGLI, 2010,p.12). Neste contexto, a percepção dos policiais quanto ao seu próprio entendimento das leis é uma reflexão de como esses princípios são internalizados e praticados.

Por outro lado, o estudo de Brito (1991) sobre a evolução histórica da Polícia Militar de Goiás fornece um pano de fundo para entender as atuais práticas e conhecimentos legais dos policiais. A familiarização com a legislação pode ser vista como uma consequência dessa evolução, na qual a história e as experiências acumuladas contribuem para o entendimento presente da função policial e de suas limitações legais (BRITO, 1991).

5 - Na sua percepção, qual é o impacto social do uso da força pela Polícia Militar em Goiás?

205 respostas



Fonte: Autor (2024)

A quinta e última pergunta do questionário aborda a percepção dos policiais militares sobre o impacto social do uso da força pela Polícia Militar em Goiás. A maioria esmagadora, com 70,7%, acredita que o uso da força contribui para a segurança pública e a ordem. Este resultado é significativo, pois reflete uma confiança na eficácia das ações policiais e sua recepção pela comunidade. Apenas 15,1% percebem um impacto moderado nas relações sociais, enquanto

uma menor fração vê o uso da força como uma causa de preocupações significativas e desconfiança.

A partir da análise das cinco perguntas, observa-se que os policiais militares de Goiás têm uma percepção positiva do seu conhecimento, treinamento e do impacto de suas ações na sociedade. Os dados coletados indicam que os objetivos do estudo foram atingidos, demonstrando que os policiais estão não apenas cientes das diretrizes legais que regem o uso da força, mas também confiantes no treinamento recebido e na contribuição do seu trabalho para a manutenção da ordem pública.

É relevante destacar a excelente percepção dos policiais militares em relação aos aspectos discutidos, o que pode ser interpretado como um reflexo do comprometimento da PM de Goiás com a formação contínua e a atualização dos seus membros. A prevalência de respostas que indicam um conhecimento aprofundado e uma avaliação positiva do treinamento recebido sugerem uma instituição que está em sintonia com as exigências contemporâneas de segurança pública e respeito aos direitos civis.

A pesquisa aponta para uma consciência institucional sobre a importância do uso apropriado da força e seu impacto social. A adoção de tecnologias de monitoramento e o reconhecimento da necessidade de aperfeiçoamento contínuo do treinamento indicam um caminho promissor para a evolução das práticas policiais em Goiás.

A reflexão final é de que a Polícia Militar de Goiás parece estar bem posicionada para enfrentar os desafios do policiamento moderno, com uma força de trabalho que se percebe bem preparada, informada e consciente do papel social que desempenha. Isso não exclui a necessidade de vigilância constante e de melhorias contínuas, especialmente em áreas onde os policiais indicaram espaço para aprimoramento. A manutenção da confiança pública depende da transparência, da responsabilidade e do compromisso contínuo com a excelência no serviço prestado à comunidade.

5 CONCLUSÃO

O estudo apresentado por Ariel De Paiva Lima sobre "A Análise do Uso da Força pela Polícia Militar em Goiás Inserida no Contexto da Legislação Brasileira" fornece uma contribuição valiosa ao debate sobre segurança pública e o exercício da autoridade policial no Brasil, especialmente no Estado de Goiás. A pesquisa se debruçou sobre a complexa relação entre o dever de manter a ordem pública e o respeito aos direitos humanos, explorando como a legislação nacional orienta e restringe o uso da força pelos agentes de segurança, e como tais

diretrizes são aplicadas e percebidas no contexto goiano.

A investigação revelou que, embora a maioria dos policiais militares de Goiás possua um conhecimento substancial sobre a legislação pertinente ao uso da força e se sinta adequadamente treinada para suas funções, ainda existem áreas passíveis de aprimoramento. A introdução de inovações tecnológicas, como câmeras corporais, foi amplamente vista como um reforço positivo para o controle e a transparência das ações policiais.

Essas descobertas sublinham a importância de uma formação contínua e do aprofundamento nas práticas que promovem a accountability e o respeito aos direitos humanos. O estudo também aponta para uma recepção positiva, por parte da comunidade, do trabalho da Polícia Militar de Goiás, reconhecendo sua contribuição para a segurança pública e a manutenção da ordem.

Contudo, a pesquisa destaca a necessidade de um diálogo constante entre a polícia e a comunidade, bem como de uma revisão e atualização regulares das práticas e do treinamento policial, visando não apenas a eficiência operacional, mas também a consolidação da confiança e do respeito mútuo entre policiais e cidadãos. Assim, conclui-se que, embora os desafios sejam significativos, há caminhos promissores sendo trilhados pela Polícia Militar de Goiás. O estudo realizado contribui para o debate acadêmico e prático sobre segurança pública, oferecendo insights e recomendações que podem auxiliar na melhoria contínua das estratégias de segurança pública.

É essencial que tais esforços sejam sustentados e aprofundados, garantindo que o uso da força pela polícia seja sempre pautado pela legalidade, proporcionalidade e necessidade, em consonância com os princípios democráticos e os direitos humanos. A pesquisa buscou revelar importantes caminhos para aprimoramento das práticas de segurança pública, ressaltando a necessidade de um equilíbrio entre a eficiência operacional e o respeito aos direitos humanos. Através deste estudo, emergem diretrizes claras para o futuro da segurança pública no Estado de Goiás, que podem servir de modelo para outras regiões do Brasil.

Primeiramente, a formação contínua e especializada dos policiais se apresenta como uma via crucial para a melhoria das práticas policiais. Essa formação deve transcender a preparação técnica, incorporando também elementos de sensibilização para questões de direitos humanos, ética policial, e as implicações sociais do uso da força. A educação contínua se destaca como um pilar para assegurar que os policiais estejam sempre atualizados quanto às melhores práticas e à legislação vigente, capacitando-os a tomar decisões informadas e proporcionais em situações críticas. Outro caminho identificado pelo estudo é a implementação e ampliação do uso de tecnologias que promovam a transparência e accountability das operações policiais, como as

câmeras corporais. Estas tecnologias não apenas oferecem uma ferramenta para revisão e melhoria contínua das ações policiais, mas também fortalecem a confiança da comunidade nas forças de segurança, ao proporcionar um registro objetivo das interações entre policiais e cidadãos.

A pesquisa também destaca a importância de um diálogo aberto e contínuo entre a polícia e a comunidade. A construção de uma relação de confiança mútua é essencial para uma estratégia de segurança pública eficaz e respeitosa. Iniciativas de policiamento comunitário, programas de engajamento social, e canais de comunicação transparentes entre a polícia e os cidadãos são fundamentais para o desenvolvimento de uma atmosfera de cooperação e respeito.

Adicionalmente, a pesquisa sublinha a necessidade de uma avaliação e revisão constantes das práticas e políticas de segurança pública. Este processo deve ser conduzido de forma colaborativa, envolvendo diferentes stakeholders, incluindo representantes da comunidade, especialistas em segurança pública, acadêmicos, e os próprios policiais. Essa abordagem colaborativa garante que as políticas de segurança pública sejam holísticas, inclusivas e alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade.

O estudo elaborado pelo autor, aponta para a relevância da pesquisa acadêmica contínua em segurança pública. Investigações futuras podem explorar ainda mais as nuances do uso da força pela polícia, as percepções da comunidade sobre segurança, e o impacto de diferentes estratégias de policiamento. O conhecimento gerado por tais pesquisas é vital para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e para o avanço contínuo das práticas de segurança pública.

Por fim, a pesquisa apresenta um caminho promissor para a evolução das práticas de segurança pública em Goiás, destacando a importância da formação contínua, do uso de tecnologias para maior transparência, do fortalecimento do diálogo com a comunidade, da revisão constante das práticas policiais, e do fomento à pesquisa acadêmica. Estes elementos são fundamentais para assegurar uma segurança pública que seja não apenas eficaz, mas também justa e respeitosa com os direitos de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, Juliany Gonçalves; TORRES, Ana Raquel Rosas; DE FARIA, Margareth RGV. Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. **Psicologia em estudo**, v. 10, p. 263-271, 2005.
- MOREIRA, Letícia de Sousa; BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu. **Processo de socialização e promoção da Cultura de Paz na perspectiva de policiais militares**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 33, p. 553-563, 2016.
- Alcantara Honório, Christiane, and Sullyvan Garcia da Silva. "**Direitos Humanos e Polícia Militar: percepções e significados para os policiais militares do 17º BPM na cidade de Águas Lindas-Goiás.**" Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública 11.1 (2018).
- Alves, J. D. O. (2013). **A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada** (dissertação de mestrado). Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Bandeira, F. M. (2008). **Fardados e disciplinados: recrutamento e enquadramento social na Armada Imperial e na Polícia da Corte (1870-1889)**. Anais do XIII Encontro de História Anpu Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Batista, N.; Zaffaroni, E. R. (2003). **História da programação criminalizante no Brasil**. In: N. Batista & E. R. Zaffaroni, Direito penal brasileiro I (pp. 411-488). Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Battibugli, T. (2010). **Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)**. São Paulo, SP: Humanitas.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.
- Bicalho, P. P. G. (2005). **Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos (tese de doutorado)**. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.
- BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. 1991. f. 160. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial**. 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.
- MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera**. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafopel, 1999.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: " A ANÁLISE DO USO DA FORÇA PELA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS, INSERIDA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA "

Eu, reconheço que fui convidado(a) a participar da pesquisa intitulada " **A ANÁLISE DO USO DA FORÇA PELA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS, INSERIDA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA** ", conduzida pelo especialista em segurança pública. Antes de decidir participar, eu li e compreendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento.

1. Objetivo da Pesquisa: O problema central desta pesquisa emerge da necessidade de compreender como a legislação sobre o uso da força é interpretada e aplicada especificamente pela Polícia Militar de Goiás, e quais são as consequências práticas e legais dessa aplicação no contexto singular deste estado.

Apesar da existência de normas e diretrizes nacionais, observa-se uma lacuna no conhecimento sobre a maneira como estas são adaptadas e implementadas em um âmbito estadual, considerando as particularidades regionais de Goiás.

2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.

3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.

5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.

6. Consentimento: Ao concordar, expressei minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

SIM, Concordo em participar da pesquisa.

NÃO, Não concordo em participar da pesquisa.

ANEXO A - FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO

1 - Você está familiarizado com a legislação brasileira que regula o uso seletivo da força pelas forças de segurança, incluindo a Polícia Militar de Goiás?*

(a) Sim, estou totalmente familiarizado

(b) Sim, tenho algum conhecimento

(c) Conhecimento limitado

(d) Não estou familiarizado

(e) Não tenho certeza

2 - O treinamento oferecido aos policiais militares em Goiás para o uso da força é adequado?*

(a) Sim, é totalmente adequado

(b) Sim, é adequado, mas poderia ser aprimorado

(c) Não, é inadequado

(d) Não tenho opinião

3 - Como as inovações tecnológicas, como câmeras corporais e sistemas de monitoramento, influenciam o controle do uso seletivo da força pela Polícia Militar de Goiás?*

(a) Fortalecem significativamente o controle

(b) Contribuem moderadamente para o controle

(c) Têm um impacto limitado no controle

(d) Não têm impacto

(e) Não tenho opinião

4 - Você se sente suficientemente informado sobre as circunstâncias nas quais a legislação brasileira permite o uso seletivo da força por parte da Polícia Militar?*

(a) Sim, estou totalmente informado

- (b) Sim, tenho algum conhecimento
- (c) Não, minha compreensão é limitada
- (d) Não tenho certeza
- (e) Não tenho opinião

5 - Na sua percepção, qual é o impacto social do uso da força pela Polícia Militar em Goiás?*

- (a) Contribui para a segurança pública e a ordem
- (b) Tem um impacto moderado nas relações sociais
- (c) Causa preocupações significativas e desconfiança
- (d) Não tenho opinião
- (e) Outro (especificar)